

## **O crescimento do discurso religioso ultraconservador e sua influência nas políticas de educação no Brasil**

The growth of ultraconservatory discourse and its influence on  
Brazil's education policies

Walace Roza Pinel<sup>1</sup>

Erlando da Silva Reses<sup>2</sup>

### **Resumo**

O artigo debate o crescimento do número de evangélicos no Brasil e na América Latina apontando sua repercussão nas políticas públicas e sua crescente influência na Educação latino americana, especialmente após a eleição presidencial de 2018 no Brasil. Destacamos que a ideologia política neopentecostal parece ajustar-se às reformas ultraliberais formuladas pelas políticas da chamada Escola de Chicago, que inclui privatizações, desregulamentação ambiental, flexibilização dos direitos trabalhistas e a terceirização de serviços públicos, aprofundando a ideia do Estado como “prestador de serviços” e, gradualmente, abandonando preocupações sociais, ambientais, educacionais e políticas inclusivas.

### **Resume**

The article discusses the growing number of evangelicals in Brazil and Latin America by pointing to its repercussions on public policy and its growing influence on Latin American education, especially after the 2018 presidential election in Brazil. We point out that neo-Pentecostal political ideology seems to fit in with the ultra-liberal reforms formulated by the so-called Chicago School policies, including privatization, environmental deregulation, flexibilization of labor rights and outsourcing of public services, deepening the idea of the state as a 'service provider'. gradually abandoning themselves

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília na linha de pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação. Atualmente professor de Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação do DF. Especialista em Psicopedagogia e Licenciado em Pedagogia. E-mail: walaceroza@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Associado da Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB) e Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Pós-doutorando na Universidade de Londres (SOAS-Faculdade de Estudos Orientais e Africanos) e Doutor em Sociologia com pesquisa na área de Sociologia do Trabalho e da Educação. Mestre em Sociologia com pesquisa na área de Sociologia no Ensino Médio. Bacharel em Sociologia com estudo na área de Sociologia Política e Licenciado em Ciências Sociais, todos os títulos pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: erlandoreses@gmail.com.

to inclusive social, environmental and political concerns, including education.

### **Resumen**

El artículo analiza el creciente número de evangélicos en Brasil y América Latina al señalar sus repercusiones en las políticas públicas y su creciente influencia en la educación latinoamericana, especialmente después de las elecciones presidenciales de 2018 en Brasil. Señalamos que la ideología política neopentecostal parece encajar con las reformas ultraliberales formuladas por las llamadas políticas de la Escuela de Chicago, que incluyen la privatización, la desregulación ambiental, la flexibilización de los derechos laborales y la subcontratación de servicios públicos, profundizando la idea del estado como un "proveedor de servicios", abandonándose gradualmente a preocupaciones sociales, ambientales y políticas inclusivas, incluida la educación.

### **Introdução**

No presente artigo, procuramos discutir a questão religiosa na educação básica e o avanço do discurso conservador-religioso-político nas políticas públicas relacionadas à educação. Podemos observar que a matriz religiosa do Brasil pode ser mensurada a partir de elementos culturais relativamente delineados: catolicismo ibérico, catolicismo romano, religiões africanas, religiões indígenas, kardecismo e protestantismo, que irão delinear os jeitos de ser, dizer, agir e fazer dos grupos sociais (Oliveira, 2006). Com isso, avançamos na tentativa de compreender a ascensão de determinadas correntes evangélicas no Brasil, especialmente a neopentecostal, e sua gradual influência sobre as políticas de educação no país. Compreendemos que essa denominação abrange tanto o protestantismo histórico quanto o pentecostalismo e o neopentecostalismo, apresentando aspectos semelhantes ao catolicismo em razão de sua origem cristã; mas, sem a celebração de missas, os sete sacramentos e as imagens em seus templos (Rolim, 1987).

O declínio do pensamento progressista na Igreja Católica coincide com o avanço dos grupos evangélicos nas periferias urbanas do Brasil e na América Latina, especialmente a partir do Encontro de Medellín (1968) e a Terceira Conferência de Puebla (1979), contribuindo para o gradual e contínuo afastamento da presença católica nos espaços da periferia.

Considerando que a espiritualidade e as suas manifestações religiosas são uma característica humana, esse vazio de representatividade nos anos seguintes viria a ser preenchido por novas correntes que “entendiam” as necessidades populares - especialmente após a tentativa da Igreja Católica de expulsar a Teologia da Libertação de seus principais quadros eclesiásticos durante o papado ultraconservador de Papa João Paulo II -, dentro de um contexto da chamada guerra fria, em que apoiados pelos Estados Unidos da América em profunda ligação com os regimes militares latino-americanos via nesta perspectiva teológica uma “ameaça comunista”.

No Brasil, o número de pessoas que se declaram pertencentes a correntes evangélicas aumentou de 3,9 milhões em 1980 para o expressivo número de 42,2 milhões em 2010 (IBGE, 2010). O aumento exponencial desse segmento populacional sinaliza não apenas seu crescimento orgânico, estrutural e sistemático; mas também, a expansão de seu poder político-partidário. A corrente evangélica neopentecostal nasce no final da década de 1970 a partir da ascensão de igrejas ligadas à teologia da prosperidade que passaram a utilizar a pregação no rádio AM e FM e, posteriormente, na televisão. Esse movimento religioso se encontra no campo das chamadas “igrejas de massa” ultraconservadoras que priorizam segmentos populacionais periféricos e menos escolarizados.

A vulnerabilidade e o desespero de grandes contingentes populacionais, em especial das mulheres pobres e mais ainda das negras pobres, vítimas de discriminações de gênero e raça, sem dúvida facilitam seu trabalho e ampliam sua probabilidade de êxito. Mas seu sucesso proselitista não depende da existência de tais problemas em si mesmos, e, sim, justamente de sua elevada capacidade de explorá-los, oferecendo recursos simbólicos e comunitários para seus fiéis e potenciais adeptos lidarem com eles. (Mariano, 2004 p. 71)

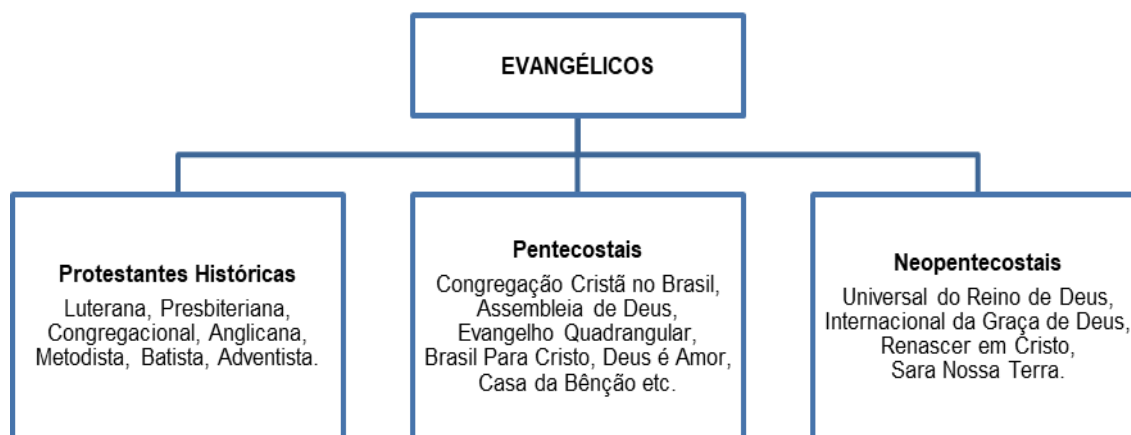
Assim, as igrejas neopentecostais concentram sua atuação nas periferias metropolitanas, onde convergem: sexismo, racismo estrutural,

baixa escolarização, pobreza, desemprego e criminalidade, tornando o Brasil um terreno fértil para a disseminação do discurso ultraconservador baseado nas práticas religiosas, tema a ser tratado na sequência do debate.

### **Conexões entre a teologia da prosperidade como expressão religiosa e a ideologia ultraconservadora**

O neopentecostalismo é uma forma de Cristianismo que baseia suas práticas simbólicas em manifestações miraculosas do “Espírito Santo” como batismo, cura física e comportamento de êxtase. A partir da chamada teologia da prosperidade, essa corrente expande o chamado evangelismo midiático que oferece um poderoso meio para atrair e recrutar rapidamente elevado número de adeptos no Brasil, América Latina e África lusófona por sua capacidade de presença constante nos lares. Teologicamente, esse movimento religioso tem ênfase não apenas na transformação da vida em sua essência transcendente e espiritual; mas também, na transformação do estilo de vida dos fiéis - especialmente em relação a posição social e padrão de consumo. Nesse sentido, o sucesso é medido pela abundância e consumo, onde pecado e graça são definidos, respectivamente, por pobreza e riqueza (Garrard-Burnett, 2011).

**Figura 1:** Organograma de correntes evangélicas.



**Fonte:** Autores (2020)

Aprofundando a questão com o exímio raciocínio construído e constituído junto ao povo dos quilombos, *faz-se por bem entendermos que as populações desenvolvem sua cosmovisão a partir da sua religiosidade e é a partir dessa cosmovisão que constroem as suas várias maneiras de viver, ver e sentir a vida* (Bispo, 2015) – que aponta a necessidade de avançarmos na perspectiva cosmológica de mundo para compreendermos de forma mais acurada o sistema de crenças, tradições e místicas que – conforme já nos indicava Rolim Cartaxo em 1989 – não foi abolido pelo avanço das religiões pentecostais, mas sim apropriado e reconstruído sob uma nova perspectiva.

Os rituais de purificação como o ritual de descarrego é presente no neopentecostalismo brasileiro como é o caso da IURD que adota práticas religiosas do catolicismo popular e da Umbanda; utilizando-se de um sincretismo, estabelece contato com a cultura religiosa de sua clientela, por exemplo, realizando sessões de descarrego em uma apropriação de rituais das religiões de raízes africanas. (Alencar, 2005 p. 23)

Enquanto os protestantes tradicionais (batistas, presbiterianos, luteranos) se dirigem principalmente às classes médias urbanas escolarizadas, os neopentecostais se dirigem às camadas empobrecidas recrutando seus fiéis, assim como seus pastores e auxiliares. Os neopentecostais não tiveram como princípio pedagógico-religioso a criação de instituições oficiais para a formação teológica de pastores e membros centrais de sua estrutura organizacional, sendo privilegiada a formação “em serviço” com a prática dos cultos, a leitura pessoal da Bíblia e, principalmente, a pregação. A menor qualificação acadêmico-teológica de seus quadros, que a princípio poderia ser uma desvantagem, paradoxalmente, ajudou a disseminar sua ideologia e ampliar seu número de fiéis e pastores em razão da sensação de pertencimento que essa proximidade trazia às comunidades, ou seja, a liderança religiosa agora não

era alguém “de fora”, mas sim trabalhadores recrutados na própria comunidade que “falavam a língua do povo”.

A maioria dos seus adeptos não possuía curso médio para receber ensinamento mais elevado. Mas tinha uma coisa interessante, tinha uma cultura popular oral. Enquanto em outras Igrejas só podia pregar o pastor, porque tinha estudado, nas [neo]pentecostais pregavam tanto o pastor como o simples crente. Isso significava que a cultura popular era canalizada para o [neo]pentecostalismo, não sendo absorvida por outras correntes. Com essa abertura inusitada, antigos tiradores de novenas, rezadores de promessas, benzedeiros, uma vez convertidos tornam-se lideranças [neo]pentecostais locais. (Rolim, 1989, p. 26)

Importa destacar a convergência desse segmento religioso com a cultura popular: o “novo” pentecostalismo (neopentecostalismo), surgido nas periferias urbanas, passa a criar suas metodologias, práticas e crenças a partir da cultura popular, rompendo com a ritualística católica e protestante tradicional, passando a seguir uma liturgia “própria”. A lógica neopentecostal se torna a justificativa moral-teológica no capitalismo ultraliberal, “pregando” o individualismo, a meritocrática e o conservadorismo dos costumes como um caminho para a “graça” divina e o sucesso financeiro como um atributo das pessoas abençoadas. Nesse cenário, em que *o movimento do capital transforma toda e qualquer realidade em objeto do e para o capital, convertendo tudo em mercadoria* (Chauí, 2019), o dízimo passa a ser visto como um investimento, pois, segundo a expressão popular “Deus devolverá em dobro”.

Em contraponto, as pessoas marginalizadas no ultraliberalismo passam a ser responsáveis por sua condição material, individualizando-se a culpa por assimetrias propositais e sistêmicas das políticas econômicas, sociais e educacionais. Desse modo, além de criminalizada, a pobreza também se torna um sinal explícito de “des” “graça”, em que o sujeito fica à mercê de uma vida marginalizada social, política e economicamente, assim

como fica desprovido de graça divina e “abandonado por Deus”. No cenário de “uberização” do trabalho, da ruptura das conquistas no pós-guerra da social democracia, do avanço do novo totalitarismo político e do discurso ultraconservador, a Teologia da Prosperidade legitima, justifica, naturaliza e massifica a ideologia do capitalismo ultraliberal.

Assim, a figura do empresário de si mesmo é sustentada e reforçada pela chamada teologia da prosperidade, desenvolvida pelo neopentecostalismo. Mais do que isso. Os fundamentalismos religiosos e a busca da autoridade decisionista na política são os casos que melhor ilustram o mergulho na contingência bruta e a construção de um imaginário que não a enfrenta nem a compreende, mas simplesmente se esforça por contorná-la apelando para duas formas inseparáveis de transcendência: a divina (à qual apela o fundamentalismo religioso) e a do governante (à qual apela o elogio da autoridade forte). (CHAUI, 2019, s.p)

A prosperidade se torna o propósito da vida, *essa inversão daquilo que chamamos de relação natural, tão irracional de um ponto de vista ingênuo, é evidentemente um princípio guia do capitalismo* (Weber 1905). Passamos agora a problematizar a gradual influência desses grupos religiosos sobre as políticas de educação brasileira no cenário pós eleição de 2018.

### **Influência dos grupos ultraconservadores nas políticas públicas de educação na América Latina**

Em relação à necessidade de uma melhor compreensão da influência dos movimentos religiosos contemporâneos sobre a educação, acreditamos que o estudo dos sujeitos, suas crenças e hábitos, religiosos e políticos nos permite avançar à tentativa de uma leitura totalizante, ou seja, concordando com Marx (2015) em sua crítica aos sistemas de produção e reprodução para além do economicismo, procurando na vida e história das pessoas uma análise das relações sociais, “o solo natal da história está lá na vida dos

indivíduos”. Nos ensina Marx que as categorias produção e reprodução devem ser observadas não apenas em seu aspecto material concreto e objetificado na mercadoria, mas também para além da mercadoria, na vida e nas relações que se estabelecem a partir disso.

Modo de produção não deve ser visto apenas sob o aspecto da reprodução da existência física dos indivíduos. Preferimos dizer que se trata já nesses indivíduos, de um gênero de atividade determinado, de uma maneira determinada de manifestar sua vida, de um certo modo de vida desses mesmos indivíduos. Como os indivíduos se manifestam assim o são. O que eles são coincide com, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como a maneira como produzem. (Marx, 2015, p.92)

A escalada do poder político ultraconservador no Brasil mostra sinais claros nas políticas educacionais quando da indicação do ex-ministro Ricardo Velez Rodrigues - ainda que brevemente à frente do Ministério de Educação - que foi abertamente apoiado por grupos ligados às Igrejas evangélicas neopentecostais, conforme declaração do próprio presidente Bolsonaro<sup>3</sup>: *“A bancada evangélica é importante, não é para mim, é para o Brasil. Essa pessoa indicada, pelo que eu sei, não é evangélica, mas atende aquilo que a bancada evangélica defende. São os princípios, valores familiares, respeito às crianças”*.

Logo após a eleição presidencial de 2018 no Brasil, os grupos religiosos ultraconservadores evangélicos passam a ter influência estratégica sobre as políticas oficiais para educação, como, por exemplo, o combate à “ideologia de gênero”. Esse termo genérico *tem funcionado como um poderoso mote na mobilização da sociedade civil em torno da defesa da moral, dos bons costumes, da família heterossexual e nuclear* (Matos, 2018), aliando-se circunstancialmente ao discurso pedagógico ultraconservador do movimento chamado Escola sem Partido.

---

<sup>3</sup> <https://noticias.gospelmais.com.br/bolsonaro-ministro-da-educacao-valores-evangelicos-104896.html>

Acessado em 06 de janeiro de 2020.

*Interfaces da Educ., Paranaíba, v.12, n.34, p. 78-92, 2021*



No cenário político brasileiro da segunda década dos anos 2000, o combate à “ideologia de gênero” foi encampado por grupos ultraconservadores, muitos deles de base religiosa cristã, que têm promovido ataques aos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres, da população LGBT, e às políticas públicas voltadas para esses grupos. No campo da educação, esses ataques concretizaram-se em projetos de lei apresentados pelo Escola sem partido nos âmbitos federal, estaduais e municipais. (Matos, 2018, p. 576)

Dessa forma, pautas reacionárias ganham espaço na educação brasileira. Ainda que na história da educação brasileira não seja recente a influência de grupos religiosos sobre políticas educacionais, os grupos ligados à Igreja Católica se encontram à margem desse processo capitaneado por grupos políticos evangélicos, especialmente no Poder Legislativo. A bancada evangélica passa a ter considerável influência no congresso, defendendo políticas educacionais anacrônicas e incapazes de modificar a debilidade da educação pública brasileira (e da força de trabalho), *entretanto é uma orientação que não pode ser descartada do cenário político-educacional: as classes dominantes não podem prescindir do apoio dessas forças, tampouco o novo governo* (Leher, 2019, p.07)

A narrativa conservadora, como ferramenta para a consolidação do totalitarismo ultraliberal, torna-se global “adequando-se” às demandas particulares de cada sociedade associando a política ao discurso “moral” ligado a defesa dos “bons costumes e tradição”. Na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América, onde as políticas de gênero ligadas às pautas identitárias parecem estar minimamente consolidadas e a influência de grupos religiosos específicos não mobiliza a população em geral, o discurso se baseia no combate à imigração, xenofobia, racismo e preconceito religioso, ativando o “pânico moral” nas classes médias e trabalhadora. Nos países latino americanos, profundamente influenciados pelo discurso religioso conservador cristão (católico ou evangélico), observamos na Colômbia, por exemplo, a repetição da estratégia utilizada pela extrema direita, em relação

à educação e o combate à “ideologia de gênero” como forma de dominação e alienação política.



Exigiu-se que Juan Manuel Santos [Prêmio Nobel da Paz em 2016] demitisse sua ministra da Educação, que era declaradamente homossexual, por acharem que era “um ataque à família colombiana”, parte da população se levantou contra o que chamavam de “ideologia de gênero”, colando na testa de Santos o rótulo de “chavista-castrista”, ou seja, um aliado de Cuba e Venezuela. (Folha de São Paulo, 2018, s.p)

Ao contrário de grande parte dos países ocidentais, a modernização da América Latina não levou a uma secularização, há um retorno ao sagrado, uma busca das raízes para enfrentar a insegurança ante o novo. É nesse quadro que o modelo de gestão passa a ter papel fundamental. De um lado, a Igreja Católica, dividida entre tradicionalistas e progressistas, de outro, os neopentecostais. No Chile, foram eleitos 200 candidatos evangélicos entre prefeitos e vereadores, principalmente nas regiões indígenas, militantes da Democracia Cristã (DC), Renovação Nacional (RN), União Demócrata Independente (UDI), Partido Pela Democracia (PPD), Partido Radical Social Democrata (PRSD), Partido Socialista (PS) e Partido Regionalista Independente (PRI). No Peru, há o partido Restauração Nacional (RN) liderado pelo pastor Humberto Lay Sun. Em 1990, Alberto Fujimori foi apoiado pelos evangélicos, que forneceram um pastor como segundo vice-presidente.

No Brasil, os evangélicos estão distribuídos por 16 legendas políticas, e em três partidos próprios: o Partido Republicano de Brasil (PRB), o Partido Social Cristão (PSC) e o Partido da República (PR). Nesse sentido, a agenda política das igrejas neopentecostais parece ajustar-se às reformas ultraliberais formulada pelas políticas da chamada Escola de Chicago inclui privatizações, desregulamentação ambiental, flexibilização dos direitos trabalhistas e a terceirização de serviços públicos, aprofundando a ideia do Estado como “prestador de serviços”, abandonando-se preocupações sociais, ambientais e educacionais, que será abordada no próximo capítulo.



## **A “escola de chicago” e o pensamento ultraliberal nas políticas educacionais brasileiras**

Em relação à chamada ideologia capitalista resgatamos na história alguns de seus fundamentos, apontando o liberalismo, como as bases do pensamento econômico-político neoliberal (anos 80 e 90) assim como do ultraliberalismo (00 e 10). Conforme nos aponta Diógenes (2011) ambos remontam ao liberalismo clássico dos séculos XVIII e XIX, *se voltando, prioritariamente, para as questões do mercado mundial, do fluxo de capitais, da tecnologia avançada, das multinacionais e corporações, enfim, do mundo sem fronteiras*. Ainda buscando na história o entendimento do presente, a base de produção taylorista-fordista, naturalizada como padrão no século XX, caracteriza-se, em síntese pela produção em massa, em série e no controle do tempo do trabalho/trabalhador. Ao longo da segunda metade do século passado, surgem outras formas produtivas, como o toyotismo, acelerando a produção, reduzindo o número de trabalhadores propagando a era das “múltiplas competências” na chama Teoria do Capital Humano legitimada por meio da “Escola de Chicago”, elaborada a partir da Universidade de Chicago trazendo um lugar estratégico à educação.

A elaboração mais sofisticada em prol da educação capitalista foi realizada por autores neoclássicos, reunidos, especialmente, na Universidade de Chicago. Legitimada politicamente por sucessivos prêmios Nobel (Schultz, Friedman, Becker), a chamada teoria do capital humano (TCH) atribui à educação um lugar estratégico capaz de produzir ganhos adicionais para o capital, desde que a socialização seja bem orientada e o adestramento profissional seja congruente com as demandas do capital. Esta formulação chegou ao Brasil por meio da Aliança para o Progresso, como um antídoto aos movimentos em prol da educação e da cultura popular nos luminosos anos 1960, abrangendo a criação da Universidade de Brasília, por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, os Centros Populares de

Cultura apensados à União Nacional dos Estudantes. (Leher, 2014, s.p)



Neste contexto, a educação procura assegurar o que a pedagogia hegemônica denomina de *competências básicas*, vinculadas ao aprender a aprender, alijando nesse processo massificado e desforme a universalização de conhecimentos científicos e suas explicações acadêmicas sobre os processos naturais e sociais, aliada ao conhecimento técnico profissional podemos observar o avanço na defesa dos paradigmas morais conservadores na educação, onde por um lado se procura justificar e legitimar as assimetrias econômicas, a partir do conformismo social apresentado no discurso religioso conservador, baseado na Teologia da Prosperidade, deslegitimando a perspectiva pedagógica crítica, frente aos problemas econômicos-políticos-sociais, desconsiderando as assimetrias históricas, materiais, de raça e de gênero que permeiam a sociedade brasileira, justificando-as sob uma perspectiva mítica-religiosa conformista.

A partir deste conhecimento, é preciso considerar a força dos movimentos evangélicos, especialmente nas pautas específicas da educação, procurando a compreensão de sua correlação de forças às quais podem estar em conflito, assim como as expectativas do poder econômico sobre a educação. Trata-se de uma conjuntura multideterminada, em que as alianças com grupos específicos de poder serão determinadas pelas contradições, interesses e assimetrias entre as pautas econômicas, políticas e religiosas e a educação

### **Considerações finais**

Após a discussão sobre a influência do pensamento conservador, o crescimento dos movimentos pentecostal e neopentecostal na América Latina e sua vinculação com a chamada Teologia da Prosperidade, procurando a historicização dos processos assim como a desnaturalização do seu ciclo de crescimento, sendo o mesmo fruto direto das necessidades de legitimação e expansão de um pensamento econômico ultraconservador – especialmente

nas classes populares latino-americanas - com origens na chamada “Escola de Chicago”, procuramos estender nossas análises, observando o objeto a partir da perspectiva crítica, compreendendo suas consequências sobre as políticas públicas, em especial àquelas ligadas à educação.

Conforme destaca Leher (2019) *é um quadro sumamente complexo, em que as alianças serão fragilizadas pelas contradições entre a economia, a política e a educação*, nesse sentido a existência de nichos no governo que, embora periféricos em relação ao bloco no poder, poderão avançar em suas pautas em virtude das conexões entre as suas bancadas e o bloco no poder, (como a chamada bancada da Bíblia) que não hesitará em fazer alianças políticas para viabilizar as chamadas reformas ideológicas, às quais visam reforçar o conservadorismo político-religioso com forte impacto sobre a classe popular e por consequência na escola pública.

Por fim, reiteramos que nosso horizonte para a educação na América Latina e no Brasil, deve ser a defesa intransigente e radical da escola pública, laica e gratuita, umbilicalmente ligada à produção e difusão conhecimento científico, à defesa da democracia como expressão da vontade popular, assim como o respeito à vontade e liberdade das minorias, à liberdade de cátedra e à manutenção e expansão das políticas de cotas assim como a defesa das pautas humanizadoras e humanistas das políticas para a educação.

## **Referências**

ALENCAR, Gedeon. **Protestantismo Tupiniquim, hipóteses sobre a (não) contribuição evangélica à cultura brasileira**. São Paulo: Arte Editorial. 2005

BRASIL, CENSO 2010, **Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística**. Disponível em:<<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 06/01/2020; v. 23, 2010.

BISPO, Antônio. Colonização, Quilombos. **Modos e Significações**. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo**. Outras Palavras, 2019.

COLOMBO, Sylvia. **Na Colômbia Santos sacrificou popularidade por paz com a guerrilha FARC**. Folha de S.Paulo, São Paulo, Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/na-colombia-santos-sacrificou-popularidade-por-paz-com-a-guerrilha-farc.shtml> Acesso em: 06/01/2020.

DIÓGENES, Lenha. **Crise do capital e reforma do Estado nos moldes do Neoliberalismo**. Revista Faculdades Cearenses. 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação na crise do capitalismo real**. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

GARRARD-BURNETT, Virginia. **A Vida abundante: a teologia da prosperidade na América Latina**. História: Questões & Debates, v. 55, n. 2, 2011.

GROS, Denise. **Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2000.

LEHER, Roberto. **Apontamentos para análise da correlação de forças na Educação Brasileira: em prol da frente democrática**. Educação & Sociedade, v. 40, 2019.

\_\_\_\_\_. **Organização, estratégia política e o Plano Nacional de Educação**. II Encontro Nacional de Educadoras e/educadores da Reforma Agrária. São Paulo: MST, p. 71-91, 2014.

*Interfaces da Educ., Paranaíba, v.12, n.34, p. 78-92, 2021*

LLORENTE e CUENCA. **Mudança religiosa na América Latina, presente, passado e futuro**. Madrid. 2014

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Ed. Boitempo, São Paulo, 2015

MATOS, Amana. **Discursos ultraconservadores e o truque da "ideologia de gênero": gênero e sexualidades em disputa na educação**. Revista Psicologia Política, v. 18, n. 43, p. 573-586, 2018.

MARIANO, Ricardo. **Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos**. Revista de Estudos da religião, v. 4, 2008.

OLIVEIRA, Paulo. **O uso dos símbolos do catolicismo popular tradicional pela IURD**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2006.

ROLIM, Francisco. **O que é pentecostalismo**. Editora Brasiliense, 1987.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Ed. Saraiva, 2016.